

A Produção do Conhecimento Geográfico

2

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento Geográfico 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento geográfico 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2018. – (A Produção do Conhecimento
Geográfico; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-79-6

DOI 10.22533/at.ed.796181211

1. Ciências agrárias. 2. Percepção espacial. 3. Pesquisa agrária
– Brasil. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “*A Produção Do Conhecimento Geográfico*” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, apresenta, em seus 22 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase nos movimentos sociais.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras e etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo, e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como planejamento, gestão, inclusão, mobilidade.

Neste sentido, este volume dedicado a Geografia humana, apresenta artigos alinhados com a migração, imigração, movimentos sociais. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos geógrafos em desvendar a realidade dos espaços escolares.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

TERRITÓRIO E MOVIMENTOS SOCIAIS

CAPÍTULO 1	1
ATIVIDADES CRIATIVAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: MÚSICA, TERRITÓRIO E CRIATIVIDADE EM TATUÍ-SP	
<i>Gustavo da Silva Diniz</i> <i>Auro Aparecido Mendes</i>	
CAPÍTULO 2	11
ESCOLAS OCUPADAS: CIDADANIA, PODER E TERRITÓRIO	
<i>Rafael Sá Rego de Azevedo</i>	
CAPÍTULO 3	43
ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS OU SISTEMAS TERRITORIAIS DE PRODUÇÃO?	
<i>Mariano de Matos Macedo</i> <i>Wilhelm Milward Meiners</i>	
CAPÍTULO 4	53
GANGUE E TERRITORIALIDADES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE PROCESSOS SOCIAIS E ESPAÇOS ENVOLVIDOS NA AÇÃO DE GANGUE EM MINAS GERAIS	
<i>Antônio Hot Pereira de Faria</i> <i>Diego Filipe Cordeiro Alves</i> <i>Alexandre Magno Alves Diniz</i> <i>Tomás Hilário Cardoso Ferreira</i>	
CAPÍTULO 5	68
O DESCOROAMENTO DA PRINCESA DO SERTÃO: DE “CHÃO” A TERRITÓRIO, O “VAZIO” NO PROCESSO DA VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO	
<i>Nacelice Barbosa Freitas</i>	
CAPÍTULO 6	79
TERRITÓRIO E SAÚDE: REFLETINDO A REALIDADE AMAZÔNICA	
<i>Layla de Cassia Bezerra Bagata Menezes</i> <i>Edna Ferreira Coelho Galvão</i>	
CAPÍTULO 7	89
A IMIGRAÇÃO BOLIVIANA NO BRASIL: UM OLHAR ALÉM DE SÃO PAULO	
<i>Romerito Valeriano da Silva</i> <i>Daniela Martins Cunha</i>	
CAPÍTULO 8	101
MIGRAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIO: OS DESCENDENTES DE POLONESES E UCRANIANOS NA ZONA DA MATA RONDONIENSE	
<i>Jania Maria de Paula</i>	

CAPÍTULO 9	110
REDES DA MIGRAÇÃO HAITIANA NO MATO GROSSO DO SUL	
<i>Alex Dias de Jesus</i>	
CAPÍTULO 10	120
TRABALHO E MIGRAÇÃO: ANÁLISES SOBRE A POPULAÇÃO OCUPADA NO SETOR CALÇADISTA DO MUNICÍPIO DE NOVA SERRANA-MG	
<i>Luís Henrique Silva Ferreira</i>	
<i>Andressa Virgínia de Faria</i>	
<i>André Francisco de Brito Leite</i>	
CAPÍTULO 11	136
A TEORIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA CERVEJA NO BRASIL: A MATRIZ METODOLÓGICA COMO INSTRUMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE MAIOR PRODUÇÃO CERVEJEIRA NO BRASIL	
<i>Eduardo Fernandes Marcusso</i>	
CAPÍTULO 12	147
EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA SOBRE A MORTALIDADE INFANTIL NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO PARA DADOS EM PAINEL	
<i>Everlane Suane de Araújo da Silva</i>	
<i>Neir Antunes Paes</i>	
CAPÍTULO 13	157
GEOGRAFIA E ARTE: REPRESENTAÇÕES EM ALGUMAS PAISAGENS CABRALINAS	
<i>José Elías Pinheiro Neto</i>	
<i>Lara Ferraz Rocha Pacheco</i>	
CAPÍTULO 14	167
GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA EM FRONTEIRA COMO PROGRAMA DE ESTADO E A INTERDEPENDÊNCIA DE ATORES	
<i>Sergio Flores de Campos</i>	
CAPÍTULO 15	179
MEMÓRIA, CULTURA E RESILIÊNCIA NA COMPREENSÃO DA PAISAGEM DO PAMPA: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA GEOGRAFIA INTEGRADORA	
<i>Adriano Severo Figueiró</i>	
CAPÍTULO 16	195
PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO NO BRASIL: O CASO DAS ILHAS OCEÂNICAS DE FERNANDO DE NORONHA E ATOL DAS ROCAS	
<i>Vanda de Claudino-Sales</i>	
CAPÍTULO 17	206
UMA VIAGEM PELAS TERRAS DO SEM FIM EM BUSCA DA GEOGRAFICIDADE DA OBRA DE JORGE AMADO	
<i>Rita de Cássia Evangelista dos Santos</i>	

CAPÍTULO 18	216
PARENTALIDADES JOVENS, INVISÍVEIS E EXCLUÍDAS NO CENÁRIO DO “PRISON BOOM” BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO DE PAIS E MÃES ENCARCERADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, BRASIL – 2014	
<i>Rafael Andrés Urrego Posada</i>	
<i>Maria Carolina Tomás</i>	
<i>Dimitri Fazito de Almeida Rezende</i>	
CAPÍTULO 19	230
ENSAIO SOBRE A ARCHÉ GEOGRÁFICA SOTEROPOLITANA	
<i>Daniel de Albuquerque Ribeiro</i>	
CAPÍTULO 20	240
NO MOVIMENTOS DAS REDES, NAS REDES DE MOVIMENTOS E OS MOVIMENTOS NAS REDES: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES E URBANOS NO BRASIL E NA ARGENTINA	
<i>José Sobreiro Filho</i>	
CAPÍTULO 21	251
O LEGADO DOS MILAGRES DE SANTA PAULINA: A INTERRELAÇÃO E CONEXÃO RELIGIOSA DOS MUNICÍPIOS CATARINENSES DE NOVA TRENTO E IMBITUBA CONSTRUINDO UM OLHAR PELA FENOMENOLOGIA	
<i>Natália Carolina de Oliveira Vaz</i>	
<i>Sylvio Fausto Gil Filho</i>	
CAPÍTULO 22	262
O SOM DA VIOLA “INVOCANO” UM SENTIMENTO TOPOFÍLICO CAIPIRA	
<i>Denis Rilk Malaquias</i>	
SOBRE A ORGANIZADORA	273

ESCOLAS OCUPADAS: CIDADANIA, PODER E TERRITÓRIO

Rafael Sá Rego de Azevedo



Foto: Desfile Cívico do aniversário de fundação do Município de Nova Friburgo – 16\05\2016

Fonte: Página da Ocupação do CE Jamil El-Jaick no Facebook



Foto: Assembleia que aprovou a ocupação do Ciep Glauber Rocha - 22\11\2016

Fonte: Página da Ocupação Ciep 123 Glauber Rocha no Facebook

RESUMO: O movimento estudantil protagonizou uma onda de mobilizações, desde o final de 2015 e ao longo de todo o ano de 2016. As

Escolas Ocupadas foram o principal símbolo dessa onda de mobilizações. As escolas ocupadas são fenômenos políticos com caráter espacial evidente. A base dessa ação coletiva é a ocupação do espaço escolar. O espaço possui um papel essencial nesse tipo de ação. Por isso, propõe-se aqui um estudo das escolas ocupadas a partir de sua espacialidade. Será abordada a experiência de duas escolas ocupadas: CE Prof. Jamil El-Jaick e o CIEP Glauber Rocha, para, então, levantar uma discussão sobre o poder, e debater as relações espaciais do fenômeno das escolas ocupadas, a partir da ideia de território.

INTRODUÇÃO

Nós não podemos com suas armas.

Vocês não podem com nossas ideias.

Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca

O movimento estudantil, especialmente secundarista, protagonizou uma onda de mobilizações, a partir do final de 2015 e durante todo ano de 2016. As Escolas Ocupadas foram o ponto culminante e o principal símbolo dessa onda de mobilizações.

A ocupação de escola(s) é uma ação

coletiva em que os estudantes de determinada unidade escolar tomam o prédio, montam acampamento e ficam ali até terem suas reivindicações atendidas. Essa tática foi utilizada no Chile, onde os estudantes protagonizaram uma grande onda de mobilizações, baseada na ocupação das escolas, em 2006 e 2011 – que ficou conhecida como “Revolta dos Pinguins”.

Em 2015, os secundaristas de São Paulo se inspiraram no movimento estudantil chileno e também adotaram a tática da ocupação de escolas na luta contra o projeto de “reorganização escolar” proposto pelo governo estadual (PSDB), que pretendia fechar 94 escolas e inúmeras turmas e turnos em todo estado de São Paulo. Os estudantes organizados derrotaram o projeto e o governo, demonstrando a capacidade de inovação do movimento estudantil.

Estudantes de outros estados se inspiraram no movimento de São Paulo e escolas foram ocupadas por todo o Brasil, em 2016. No estado de Goiás, os estudantes se mobilizaram contra o projeto do governo estadual (PSDB) de passar a gestão de algumas unidades escolares para as Organizações Sociais (OS)¹. Foram ocupadas cerca de 30 escolas da rede estadual e o processo foi revertido, pelo menos temporariamente. Os estudantes secundaristas da rede federal se mobilizaram contra o Golpe Institucional no Governo Federal (impeachment de Dilma Rousseff) e a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 241 (ou PEC 55) que limita os gastos públicos com direitos e serviços como saúde e educação. Pelos mesmos motivos, estudantes universitários ocuparam as universidades. A tática da ocupação das escolas foi adaptada às formas e demandas específicas de cada grupo de estudantes em luta.

No estado do Rio de Janeiro, as ocupações de escolas começaram, em Março de 2016, após uma intensa mobilização nas redes sociais, nas unidades escolares e nas ruas. A mobilização estudantil veio justamente no momento da maior crise financeira que o governo do Estado do Rio de Janeiro já enfrentou. A crise se deve em grande parte à má administração e à corrupção no Poder Executivo Estadual (há 16 anos com o mesmo partido - PMDB).

Somado a essa crise está sendo implantado na educação estadual um projeto baseado na ideia de meritocracia. Esse projeto é profundamente centralizador, burocrático e autoritário e sua implantação se dá sem diálogo com as comunidades escolares.

No início do ano letivo os estudantes de escolas estaduais em todo Estado utilizaram as redes sociais virtuais para denunciar as condições das escolas e expressar sua indignação com os resultados das políticas do governo estadual para educação.

Ao mesmo tempo em que a mobilização estudantil crescia a mobilização dos profissionais que trabalham nas escolas também foi crescendo, especialmente a partir da decisão de iniciar uma greve em março. É importante ressaltar que as pautas dos estudantes são próprias e o movimento é desvinculado da greve docente; mas, são movimentos solidários (NUNES, 2015).

1. O que na prática significa a privatização da escola pública.

O movimento estudantil buscou uma atuação autônoma ao longo de toda a luta, mas pode-se considerar que, além de contar com a experiência das ocupações em São Paulo, os estudantes acompanharam o momento de maior mobilização dos docentes da rede pública estadual dos últimos 20 anos. A greve de 2016 foi a mais longa da rede estadual do Rio de Janeiro, com quase cinco meses de duração e cerca de 70% de adesão.

As primeiras escolas ocupadas foram o CE Mendes de Moraes, na Ilha do Governador, no dia 21\03\2016 e o CE Gomes Freire de Andrade, na Penha, no dia 28\03\2016. Num cenário em que as unidades escolares estavam funcionando sem porteiros e funcionários de limpeza (terceirizados, que o governo dispensou para conter gastos), e muitas unidades estavam sem merenda ou apenas com biscoito e refresco. A situação das escolas já estava fora da normalidade, quando os estudantes decidiram ocupá-las. As ocupações se disseminaram, entre os meses de março e abril, e chegaram a 75 escolas ocupadas, de forma mais permanente, em todas as regiões do estado. Houve uma série de casos em que as ocupações não conseguiram se estabelecer.

Tenho grande interesse pela experiência das Escolas Ocupadas, e, em especial as da rede pública estadual do Rio de Janeiro, pois sou professor da rede, membro do SEPE-RJ e militante na luta em defesa da educação pública. A experiência das escolas ocupadas aponta outros caminhos tanto políticos (militância) quanto pedagógicos (atuação docente).

As escolas ocupadas são fenômenos político sociais com um caráter espacial (geográfico) evidente. A base da ação coletiva é a ocupação do espaço escolar. O espaço possui um papel essencial nesse tipo de ação. Considera-se que a análise desses fenômenos a partir da perspectiva da Geografia será enriquecedora para sua compreensão pelas Ciências Sociais de forma geral, possibilitando maior aprofundamento das reflexões.

Além disso, busca-se contribuir também com a luta dos estudantes, fazendo um registro das experiências e das lutas estudantis. O movimento estudantil tem sérias dificuldades em relação ao registro e transmissão das memórias das lutas devido ao tempo curto de duração do Ensino Médio ou da graduação. Procura-se compreender as experiências dos estudantes não para orientar o movimento estudantil no que ele deve ou não fazer (velha mania de intelectuais de esquerda), mas para apoiá-lo de maneira mais qualificada (orientando minhas próprias ações em relação aos estudantes em movimento).

METODOLOGIA

E é Di Cavalcanti, Oiticica e Frida Kahlo

Têm o mesmo valor que a benzedeira do bairro

O presente trabalho se insere no projeto de pesquisa de mestrado *“A escola é nossa”*: uma abordagem territorial da experiência das escolas ocupadas; seu objetivo principal é debater as ideias de poder e território a partir da experiência das escolas ocupadas.

Diversidade é uma das características chave das escolas ocupadas. Não existe um modelo único a ser reproduzido; em cada unidade escolar o processo se deu de uma forma, com organização e reivindicações próprias. Propõe-se, então, o estudo comparado da experiência de duas escolas ocupadas para, a partir da comparação entre experiências diferentes, elaborar uma compreensão mais abrangente sobre esse tipo de ação coletiva.

A Geografia Comparada é uma metodologia consagrada pelo geógrafo alemão Karl Ritter (1779-1859) e pelo geógrafo francês Élisée Reclus (1830-1905). De acordo com Reclus, na Geografia, “o elemento de comparação que sempre teremos diante dos olhos será a sociedade humana” (RECLUS, 2010, p.78). O ser humano em sociedade, suas formas de agir, se organizar e se relacionar (entre si e com a natureza) são os elementos centrais da comparação. Para Reclus, a Geografia Comparada se aplica ao espaço e ao tempo: espaços diferentes podem ser comparados, mas também um mesmo espaço pode ser estudado nas suas sucessivas formas ao longo do tempo. As particularidades e semelhanças entre experiências podem ser captadas através da comparação entre elas. Sendo que essas experiências sempre acontecem no espaço.

O foco deste trabalho está em duas experiências específicas de ocupação de escola: (1) a do Colégio Estadual Professor Jamil El-Jaick e (2) a do CIEP 123 Glauber Rocha. Ambas localizadas no município de Nova Friburgo. Além dessas duas ocupações, o trabalho também irá abordar, de forma breve, a ocupação da Coordenadoria Regional Serrana II (também localizada em Nova Friburgo), que foi um desdobramento da ocupação das escolas estudadas.

O município de Nova Friburgo situa-se no centro-norte fluminense, na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, a cerca de 130 km da capital; apresenta uma população de 182.082 habitantes (de acordo com o censo de 2010). Nova Friburgo é um centro regional importante (especialmente nos setores de comércio e serviços, mas também conta com atividades industriais expressivas), polarizando os municípios do entorno.

Entende-se que duas escolas de um mesmo município formam um universo pequeno para a compreensão do fenômeno das escolas ocupadas como um todo. Mas considera-se que existem linhas de continuidade claras entre as ocupações no Chile, em São Paulo, no estado do Rio de Janeiro e em Nova Friburgo, que permitem traçar algumas considerações válidas.

Buscou-se neste artigo realizar um registro das experiências das ocupações

a partir de fontes secundárias, principalmente reportagens de jornal, mas buscando acompanhar e valorizar as falas dos estudantes em luta. Realizou-se um levantamento de reportagens na mídia impressa e televisiva sobre as ocupações estudadas. Nesse levantamento destacaram-se os veículos da imprensa local, principalmente o Jornal *A Voz da Serra* e as TVs *Zoom* e *Luau*, mas também houve cobertura nas afiliadas locais do SBT e da Rede Globo (InterTV Serramar). Montou-se um banco de dados com essas reportagens e elas foram analisadas. Também foram analisados dois pequenos documentários sobre a ocupação do CE Prof. Jamil El-Jaick: (1) *Ocupação Jamil El Jaick - Nova Friburgo* (Produção: João Victor Gaspar e João Ferreira), publicado em 28\04\2016; e (2) #OCUPAJAMIL (no perfil de Marcelo Asth, no Youtube), publicado em 11\05\2016. Todos os vídeos e textos jornalísticos citados estão disponíveis na Internet. Também foi muito importante o artigo *“Reintegração de posse”: a ocupação das escolas estaduais no estado do Rio de Janeiro como processo de reavivamento da escola pública*, publicado pelo professor de história da rede estadual Luiz Fernando Nunes (2016), que participou da ocupação do CE Jamil El-Jaick em atividades de apoio aos estudantes e analisou essa experiência.

No caso do CE Jamil El-Jaick, tive contato direto com a ocupação, com uma vivência muito curta no local, durante o primeiro dia e a primeira noite, com o objetivo de apoiar os estudantes para que a ocupação se estabelecesse. Após o primeiro dia realizei visitas esporádicas à ocupação, em momentos em que o apoio era convocado ou para algumas assembleias no núcleo local do SEPE-RJ (que pediu o espaço e os estudantes cederam), realizadas no CE Jamil El-Jaick (em Nova Friburgo não existem muitos locais disponíveis e gratuitos para a realização de reuniões e assembleias). Entretanto, não pude visitar a ocupação do CIEP 123 - Glauber Rocha; essa ocupação teve uma duração menor e foi produzido menos material sobre ela. Outra fonte importante de pesquisa foram às páginas das ocupações na rede social *Facebook*, onde é possível encontrar uma série de fotos, notas públicas e relatos dos ocupantes.

Inicialmente, será abordada a experiência das escolas ocupadas buscando valorizar e compreender as considerações e afirmações das pessoas que participaram das ocupações, principalmente os estudantes, mas também professores e pais apoiadores (principalmente os mais atuantes). A partir da experiência de tomada e gestão do espaço escolar pelos estudantes, levanta-se um debate sobre o poder, abordado numa perspectiva libertária/anarquista; para em seguida debater as relações espaciais do fenômeno das escolas ocupadas, relacionando com o debate sobre o poder através da ideia de território. A ideia de cidadania não será abordada diretamente, mas aparece ao longo de todo o trabalho como um tema transversal.

A EXPERIÊNCIA DAS ESCOLAS OCUPADAS: CE JAMIL EL-JAICK E CIEP GLAUBER ROCHA

A mobilização dos estudantes em Nova Friburgo (bem como em todo estado) começou em meados de fevereiro com a publicação de denúncias nas redes sociais sobre a precariedade da infraestrutura das escolas e a falta de funcionários (porteiros e limpeza). Os estudantes começaram a se organizar realizando algumas reuniões nas escolas e entre estudantes de escolas diferentes. No primeiro dia da greve dos profissionais de educação da rede estadual (02\03\2016), cerca de 80 estudantes e professores de vários colégios da rede estadual situados no município fizeram um ato na Praça Demerval Barbosa Moreira². A Praça Demerval Barbosa Moreira é a praça central do município e fica em frente ao Instituto de Educação de Nova Friburgo (IENF). O IENF é uma escola estadual com curso de formação de professores e foi o polo da mobilização estudantil nesse primeiro momento. O IENF fica ao lado da sede da Coordenadoria Regional de Educação - Serrana II, que coordena e fiscaliza a atuação das escolas estaduais de treze municípios. A Coordenadoria é um alvo claro para protestos contra as condições precárias das escolas estaduais e o autoritarismo da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC-RJ). Ao longo de todo o ano de 2016 a porta da Coordenadoria foi palco de diversos atos de protesto culminando na sua ocupação, em dezembro. Durante o período das ocupações, o Diretor Regional de Educação, responsável pela gestão da Regional - Serrana II era o professor Cleber Luciano Silva Nascimento. Ele foi criticado por estudantes, professores e diretores de escolas, devido ao seu autoritarismo e as táticas utilizadas para deslegitimar e desmobilizar os estudantes.

Na terça-feira, dia 08\03\2016, os estudantes organizaram outro ato, em frente à Regional - Serrana II, para denunciar as condições precárias das escolas e manifestar apoio à greve dos profissionais de educação³. Foi um dos maiores atos de rua de todo o período de mobilização, com cerca de 600 pessoas⁴; contou com o apoio de alguns pais e do núcleo local do SEPE-RJ, além da presença de muitos professores. O ato se concentrou na Praça Demerval Barbosa Moreira; depois, seguiu pela Avenida Alberto Braune (principal via do centro do município); fez uma pausa em frente à sede da Prefeitura (questionando também as condições da educação municipal); retornou pela Avenida Comte Bitencourt (via que margeia o Rio Bengalas, trecho da rodovia RJ-116 no centro da cidade) e terminou em frente à Coordenadoria Regional - Serrana II. O ato teve cerca de 3 horas de duração. No dia seguinte (09\03\2016) foi realizado um ato na sede distrital da comunidade rural de São Pedro da Serra (7º distrito de Nova

2. Escolas estaduais de Nova Friburgo apoiam a greve e paralisam atividades: Profissionais da educação, funcionários e estudantes reivindicam pagamento dos salários e qualidade de ensino nas escolas. *Jornal A Voz da Serra* 02\03\2016 (quarta-feira).

3. Estudantes fazem nova manifestação em apoio à greve dos professores: ato foi em frente à Coordenadoria Regional de Educação - Serrana II; alunos também relataram condições precárias das unidades. *Jornal A Voz da Serra* 08\03\2016 (terça-feira)

4. Estimativa do autor.

Friburgo), organizado por pais, estudantes e professores do Colégio Estadual José Martins da Costa.

Concordo com Nunes (2015) quando afirma que Nova Friburgo é um município com uma população hegemonicamente conservadora e avessa a protestos e mobilizações. Dessa maneira, pode-se considerar essa mobilização estudantil como intensa e significativa no contexto do município. Portanto, já havia uma mobilização forte dos estudantes quando a ocupação do Colégio Estadual Professor Jamil El-Jaick teve início, no dia 18\04\2016⁵. O Colégio Estadual Professor Jamil El-Jaick (CEJE) fica na Rua Doutor Euclides Sólon de Pontes, nº 33, Centro, e, em 2016, contava com cerca de 1000 estudantes em três turnos. O CEJE é considerado um dos estabelecimentos de ensino mais tradicionais do município.

Segundo relatos de professores e estudantes do CEJE, a comunidade escolar convocou uma reunião, na escola, para debater seu funcionamento e seus problemas. Não houve oposição da direção em relação à reunião, que foi amplamente divulgada em cartazes, nas redes sociais e na Coluna Observatório, de Wanderson Nogueira, no jornal local *A Voz da Serra* (01\04\2016):

Jamil El-Jaick (1)

Alunos e professores do Jamil El-Jaick estão convidando a comunidade para uma reunião que irá discutir a situação de uma das maiores escolas estaduais de Nova Friburgo. Em estado de greve desde dezembro de 2015, os funcionários da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro reivindicam reajuste salarial e melhores condições de trabalho, além de serem contra o novo projeto de reforma previdencial e o novo calendário de pagamento do estado.

Jamil El-Jaick (2)

Com a greve o funcionamento da escola foi prejudicado, além de problemas estruturais. O encontro está marcado para o próximo dia 14, às 18h30, no auditório do próprio Colégio Estadual Jamil El-Jaick.

Mas, quando pais, estudantes e professores chegaram para a reunião, encontraram a escola trancada, pois

a Diretora da unidade, num intransigente ato, trocou as fechaduras dos portões para que uma reunião entre professores em greve e pais de alunos não ocorresse nas instalações do colégio. A reunião aconteceu na rua, com grande apoio de populares vizinhos que cederam cadeiras e bancos. (NUNES, 2016, p.4)

Vale ressaltar, ainda, que nem os estudantes do turno da noite foram avisados que a escola estaria fechada e tiveram que retornar para suas casas sem ter tido aula nesse dia letivo.

No dia seguinte ao da reunião, um grupo de estudantes se reuniu e decidiu ocupar o Colégio na segunda-feira seguinte. Portanto, pode-se afirmar que o estopim da ocupação foi a atitude autoritária da direção da escola.

5. Alunos ocupam Colégio Estadual Professor Jamil El Jaick, em Friburgo: Estudantes iniciaram ocupação nesta segunda-feira (18). Eles reclamam de falta de infraestrutura e cobram melhorias no ensino. Portal G1 18\04\2016 (segunda-feira)

A ocupação se deu assim que o CE Jamil El-Jaick abriu na manhã de segunda-feira⁶. Cerca de 70 estudantes do Ensino Médio entraram na escola normalmente, mas não subiram para as salas de aula e convocaram uma assembleia com todos os estudantes na quadra de esportes do Colégio. A assembleia aprovou a ocupação por unanimidade. A diretora estava presente e só assistiu, sem se manifestar muito; depois, trancou o acesso ao prédio, ao banheiro do térreo e à cozinha e foi embora. O núcleo local do SEPE-RJ convocou a militância para apoiar a ocupação. Professores estiveram presentes ao longo do dia no portão e nas dependências da unidade. Um chaveiro foi chamado para abrir as dependências do Colégio. Uma viatura da Polícia Militar esteve presente na porta, durante o dia todo, mas não houve nenhum incidente.

O núcleo de Nova Friburgo do SEPE-RJ tinha uma assembleia, referente à greve, marcada para esse dia e como uma forma de apoiar a ocupação, pediu o espaço para os estudantes e transferiu a assembleia para o pátio do Colégio Jamil El-Jaick. Os professores levaram doações que foram importantes para que a ocupação pudesse se estabelecer e a assembleia aconteceu no final da tarde. Em entrevista para InterTV, a professora Keli Moraes⁷ fez uma avaliação precisa da situação⁸:

Nós chegamos num nível de descaso com a educação pública que está insustentável. Tá faltando dignidade: dignidade pro professor tá realizando o seu trabalho, dignidade pro aluno tá estudando. A gente tem um equívoco na sociedade de que o que é público não é de ninguém. Na verdade, o que é público é de todo mundo. Essa consciência que eles ganharam e a gente tá muito feliz com isso. (G1, 18 Abr. 2016)

A fala da professora ressalta, em primeiro lugar, a precariedade das escolas e a indignação que isso gera, como resultado da negação da dignidade de estudantes, professores e funcionários que convivem nas unidades escolares. Em seguida, ela aponta como a ocupação é fruto de um processo de tomada de consciência dos estudantes em relação ao patrimônio público como um bem comum, de todos, e que por isso deve ser protegido. Uma compreensão da cidadania como apropriação e cuidado com o patrimônio público.

A primeira providência dos estudantes foi criar uma comissão de segurança para proteger a ocupação, controlando a entrada na unidade escolar e no prédio com as salas de aula, colocando suas próprias correntes e cadeados nos portões. No primeiro dia, essa foi a única comissão que funcionou formalmente. Os estudantes foram se organizando na hora para atender às demandas que apareciam, principalmente: limpeza, alimentação e receber jornalistas; nesse dia, muitas equipes de reportagem visitaram a escola. Com o tempo, os estudantes foram organizando as comissões para alimentação, limpeza, comunicação, organização, atividades, etc.

6. Alunos ocupam o Colégio Estadual Jamil El-Jaick: Cerca de 70 alunos do Ensino Médio tomaram conta das instalações da unidade na manhã de segunda-feira. Movimento reivindica melhorias para educação pública. *Jornal A Voz da Serra* 18\04\2016 (segunda-feira)

7. Membro da direção do núcleo de Nova Friburgo do SEPE, na época.

8. Alunos ocupam Colégio Estadual Professor Jamil El Jaick, em Friburgo: Estudantes iniciaram ocupação nesta segunda-feira (18). Eles reclamam de falta de infraestrutura e cobram melhorias no ensino. Portal G1 18\04\2016 (segunda-feira).

Houve uma evolução na capacidade de organização dos estudantes ao longo da ocupação. Essa evolução pode ser acompanhada no processo de desenvolvimento da pauta de reivindicações e nas falas dos estudantes em entrevistas para a mídia. A pauta inicial tinha poucos pontos e muitos se aproximavam das reivindicações da greve dos professores. Com o tempo, os estudantes reelaboraram suas reivindicações em 30 pontos agrupados em três eixos: administrativo, estrutural e pedagógico.

É possível observar a evolução dos estudantes também na organização e no comportamento durante as assembleias da ocupação. As assembleias eram o espaço de tomada de decisão na ocupação, onde todos os estudantes tinham direito a voz e voto. Muitos deles nunca haviam participado de uma assembleia antes da ocupação. Para a grande maioria daqueles jovens a ocupação foi sua iniciação na política.

Ao final da primeira semana de ocupação, os estudantes convocaram a comunidade escolar (principalmente pais e responsáveis) para uma assembleia, com o objetivo de mostrar as mudanças feitas na escola e fazer um balanço da ocupação. A avaliação da assembleia foi positiva e deu-se continuidade a ocupação. Além disso, na assembleia, uma questão importante foi colocada em pauta: os estudantes não estavam podendo ir para a escola, porque a diretora não compareceu mais à unidade escolar e por isso, os cartões do Riocard, dos estudantes não estavam sendo validados. Riocard é o vale transporte utilizado pelos estudantes da rede pública estadual no Rio de Janeiro para ter gratuidade no transporte público.

Uma das características da ocupação que mais chamava atenção era a quantidade de atividades culturais⁹, como filmes, oficinas de artesanato, grafite, artes marciais, música, reorganização da banda escolar (que estava desativada, apesar de todos os instrumentos estarem guardados na escola). Como quase todas as atividades eram abertas à comunidade, a escola se tornou um centro cultural temporário. Além das atividades culturais e de lazer foram realizados inúmeros debates e rodas de conversa sobre os mais variados temas. Procurando não perder de vista à realização do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), da “coletividade surgiu o curso pré-vestibular da ocupação, o ‘Pré-Ocupa’, que objetivava disponibilizar aulas todos os dias à noite também abertas a estudantes de outras escolas” (NUNES, 2016, p.10).

Assim como em quase todas as escolas ocupadas, os estudantes encontraram materiais novos ou em bom estado sem uso¹⁰. No CEJE foram encontrados carteiras, livros, quadros, instrumentos musicais, utensílios e estandartes da banda da escola (o que permitiu a revitalização da banda) e um vestiário, que estava sem uso, com pilhas de materiais velhos misturados com materiais novos; ele foi desocupado e limpo para poder ser utilizado.

A Coordenadoria Regional - Serrana II, com objetivo de acabar com a ocupação, iniciou uma espécie de campanha de transferência de alunos para outras

9. Ocupação do Jamil El-Jaick prossegue pela segunda semana: Atividades artísticas, de lazer e educação são promovidas na unidade. *Jornal A Voz da Serra* 25\04\2016 (segunda-feira)

10. Alunos que ocupam Colégio Estadual Jamil El-Jaick descobrem material abandonado. Portal G1 12\05\2016

unidades. Segundo relatos de estudantes, os pais que procuravam a Coordenadoria eram orientados a transferir seus filhos. As transferências eram feitas na própria Coordenadoria – mesmo sem acesso aos documentos funcionais dos estudantes, que estavam na escola.

Uma das táticas utilizadas pela Secretaria de Educação para desmobilizar os estudantes no Rio de Janeiro foi a antecipação do recesso escolar no meio do ano¹¹. O recesso escolar foi antecipado para o dia 02\05\2016 nas escolas da rede ocupadas pelos estudantes. O recesso reforçou o problema da falta do Riocard; como não é período letivo, o estudante não tem direito à gratuidade na passagem.

Um dos pontos altos da ocupação do CE Jamil El-Jaick foi o desfile cívico organizado pelos estudantes, no dia do aniversário da cidade, 16 de maio. Em Nova Friburgo, todo ano no dia do aniversário da cidade, ocorre um desfile cívico oficial com a presença das autoridades municipais. “Os alunos da ocupação organizaram, à revelia da Prefeitura, um desfile surpresa. Exibindo faixas pedindo por uma educação pública de qualidade, exaltaram o nome do colégio e sua história” (NUNES, 2016, p.10). O CEJE sempre teve uma tradição de participar oficialmente dos desfiles no aniversário do município, mas com a desativação da banda, há alguns anos, isso parou de acontecer. Os estudantes transformaram o desfile em um protesto por melhores condições na educação, graças a sua disposição de reativar a banda: “Depois de muita batalha, a gente conseguiu reativar a banda. Coisa que não era feita há muito tempo. Ninguém desfilava” (Gabriela D’imperio – estudante)¹².

Em meados do mês de maio surgiu um grupo de opositores da ocupação em uma página do *facebook* chamada “Desocupa Jamil”. Os professores, que apoiavam a ocupação, entraram na página e rapidamente identificaram que os membros eram quase todos funcionários da Coordenadoria Regional de Educação. Infelizmente, a página foi apagada e não é mais possível compilar e analisar suas publicações. Mas esse é um dado interessante sobre o “Desocupa Jamil”: antes mesmo do fim da ocupação, a página já havia sido apagada, enquanto a página da ocupação continua ativa até hoje. Houve uma manhã em que os membros do “Desocupa Jamil” organizaram uma ida ao Colégio para tentar convencer os estudantes a acabar com a ocupação, mas só compareceram dois estudantes e um pai contrários à ocupação, junto com eles um grupo de funcionários da Coordenadoria.

Os alunos do “Desocupa Jamil” alegavam prejuízo ao ano escolar, o que de fato ocorrerá, mas foram confrontados pela ideia de que o Estado há muito tempo não consegue suprir, por exemplo, a carência de professores de matérias como Física e Química. Confundiu-se, portanto, culpa com a ação de reivindicação. (NUNES, 2016, p.9-10)

Sabendo-se que a maioria dos membros da página no *facebook* do Desocupa Jamil eram funcionários da Coordenadoria e que alguns desses funcionários foram

11. Mesmo ocupado, Jamil El-Jaick entra em recesso: Secretaria de Educação antecipa férias na unidade e em outras escolas do estado ocupadas. *Jornal A Voz da Serra* 04\05\2016 (quarta-feira)

12. Escola estadual de Nova Friburgo continua ocupada por alunos – SBT Cidade 24\05\2016.

visitar a escola junto com apenas três membros da comunidade escolar para tentar acabar com a ocupação, pode-se considerar que o “Desocupa Jamil” foi uma tática acionada pelos responsáveis pela Serrana II para deslegitimar a ocupação e tentar desmobilizar os estudantes.

No início de junho, os estudantes avaliaram em assembleia que uma parte importante das suas reivindicações foi atendida e que havia uma negociação em aberto sobre as outras, por isso, eles decidiram desocupar a escola. A ocupação acabou no dia 13\06\2016 (segunda-feira), após 56 dias¹³. Os estudantes encerraram a ocupação com clareza de que o fim da ocupação não era o fim da luta, mas um novo passo nesse caminho. Isso fica evidente na fala de um dos porta-vozes da ocupação em entrevista para a TV ZOOM (emissora local)¹⁴:

A ocupação acabou fisicamente, mas ideologicamente ela continua, através da voz dos alunos agora, né. Só se ocupa o que está vazio. E no caso do Jamil El-Jaick o que estava vazio era o diálogo, a direção, que não era uma boa direção. Então nós já ocupamos esses espaços e não pretendemos desocupar, pretendemos somente parar de dormir no colégio e voltar a ter aula, mas a escola ainda é nossa, ainda é do aluno. Manteremos a ocupação. (Nathan – estudante) (TV ZOOM, 13 jun. 2016)

Com o fim da ocupação, o CE Jamil El-Jaick voltou a ter aulas, mas não a funcionar normalmente, pois havia uma série de questões que precisavam ser resolvidas e a Coordenadoria Serrana II havia se comprometido a resolver, quando a ocupação acabasse. Além disso, a greve dos professores continuava, de modo que as aulas não voltaram ao normal. A greve acabou no mês seguinte e, em setembro, o Colégio retomou as aulas e organizou a reposição das aulas que não ocorreram, devido à greve e à ocupação. A reposição da forma como foi imposta pela SEEDUC-RJ foi bastante penosa para professores e estudantes. Uma conquista importante dos estudantes foi o afastamento da antiga diretora, substituída por uma direção interina, enquanto não eram realizadas as eleições para a direção do CEJE. Isso conteve, em parte, o assédio e a perseguição dos estudantes e professores que participaram da ocupação. Mas, como uma forma de desforra, a Secretaria de Educação e a Coordenadoria Regional – Serrana II tentaram acabar com o turno noturno do Colégio. Isso levou os estudantes a organizarem uma nova ocupação, dessa vez, na Coordenadoria. A ocupação foi realizada por estudantes de algumas escolas, que também estavam sendo ameaçadas de fechar turmas e turnos. Entre essas escolas, a principal era o Ciep Glauber Rocha, que estava sendo municipalizado. Com a municipalização, o Ensino Médio deixava de existir na escola. Por isso, os estudantes organizaram uma ocupação no Ciep, que foi o polo da mobilização estudantil no final do ano, com a ocupação da escola e, logo depois, da Coordenadoria.

O Ciep (Centro integrado de educação pública) 123- Glauber Rocha fica na Avenida Governador Roberto Silveira, nº 1800, bairro Jardim Ouro Preto, a cerca de

13. Alunos desocupam o Colégio Jamil El-Jaick: Movimento em apoio à greve dos professores durou 56 dias; Sepe diz que paralização continua. *Jornal A Voz da Serra* 15\06\2016 (quarta-feira)

14. Desocupação do Jamil El-Jaick. ZOOM TV JORNAL 13\06\2016 (segunda-feira)

30 minutos de ônibus do centro (ou 1 hora a pé). Em 2016, a escola tinha cerca de 100 estudantes matriculados no Ensino Médio (manhã) e no Ensino Fundamental (horário integral).

A ocupação do Ciep Glauber Rocha se deu em um contexto diferente da ocupação do CEJE. A ocupação do Ciep começou no dia 22\11\2016, quatro meses depois da greve e cinco meses depois do fim da ocupação do Jamil El-Jaick. A motivação da ocupação foi o anúncio de que a escola seria municipalizada, o que acarretaria no fim do Ensino Médio naquela unidade e do Ensino Fundamental em horário integral.

Trata-se de uma escola menor e menos central que o CE Jamil El-Jaick e a ocupação durou menos tempo. Dessa forma, a ocupação do CIEP Glauber Rocha recebeu menos apoio externo e atenção da mídia; por isso, existe menos material disponível sobre ela. A ocupação do CIEP foi precedida por toda a mobilização do período da greve e da ocupação do CEJE, mas também pelas mobilizações contra a PEC 241 (ou 55) e contra o pacote de medidas de ajuste fiscal do estado do Rio de Janeiro, com a realização de atividades sobre esses temas dentro da escola¹⁵.

Em meados de novembro foi comunicado aos estudantes, professores e funcionários que a escola seria municipalizada no ano seguinte (2017) e que os estudantes do Ensino Médio seriam transferidos para o Colégio Estadual Vicente de Moraes. Os estudantes se indignaram com o autoritarismo e a falta de diálogo da SEEDUC-RJ: “Em nenhum momento os representantes da Regional Serrana II da Seeduc vieram discutir o assunto com a gente” (Maria Eduarda - Estudante)¹⁶.

A notícia da municipalização chegou na sexta-feira, dia 18\11\2016, e a ação da ocupação foi na manhã da terça-feira, dia 22\11\2016. Os estudantes do Ensino Médio entraram na escola e realizaram uma assembleia, aprovando a ocupação. Claramente a ocupação foi a única forma que os estudantes encontraram para expressar sua indignação e tentar reverter a situação:

Eles tomaram uma atitude muito radical, conosco, e, municipalizar, dar o Ciep, né, pro município sem nos comunicar. Aí nós também tivemos que tomar essa atitude, né, radical também pra dar um impasse nisso tudo. (Denilson Diniz - estudante)¹⁷

Os estudantes reconhecem que sua atitude foi radical, mas também percebem que só com atitudes radicais eles serão ouvidos¹⁸:

A gente necessita ser ouvido, o que a gente quer é participar das discussões que são feitas nas nossas escolas. Afinal quem vai comer desse bolo num sou eu, então, eu quero sim, participar dos ingredientes que eles colocam. (Elaine de Oliveira - estudante)

A ocupação é um apelo ao diálogo. A ocupação foi a única forma que a comunidade

15. Educação faz paralização em Friburgo contra pacote do governo estadual e a PEC 241. *Jornal A Voz da Serra* 11\11\2016 (quarta-feira)

16. Estudantes ocupam o Ciep Glauber Rocha em protesto contra o governo: unidade será municipalizada no próximo ano, mas alunos não querem o fim do ensino médio. *Jornal A Voz da Serra* 23\11\2016 (terça-feira)

17. Alunos ocupam CIEP Glauber Rocha - TVC Canal 06 23\11\2016 (terça-feira)

18. Ciep: alunos ocupam. *Jornal da Luau* 24/11/2016 (quarta-feira)

escolar encontrou para obrigar alguma abertura para o diálogo por parte da SEEDUC-RJ e da Coordenadoria Regional de Educação - Serrana II.

O núcleo de Nova Friburgo do SEPE-RJ também vinha desenvolvendo diversas ações na luta contra a municipalização do CIEP Glauber Rocha e o fechamento de turmas e turnos em outras escolas. Quando os estudantes ocuparam o CIEP, o Sindicato rapidamente se posicionou a favor e buscou apoiar a ocupação.

Nessa ocupação, os estudantes junto com os professores decidiram que, ao invés de interromper as atividades da escola, as aulas iriam continuar. O raciocínio foi de que continuar com as aulas na escola seria um ato de resistência diante da ameaça do fim do Ensino Médio. Os professores continuaram cumprindo seus horários, dando apoio aos estudantes. Mas a dinâmica das aulas era diferente da dinâmica tradicional. A organização das atividades da escola como um todo estava a cargo dos estudantes.

Com a municipalização de escolas, fechamento de turmas e turnos, em todo estado, o governo do Rio de Janeiro buscou enxugar (diminuir) a estrutura da educação pública, no final do ano de 2016. Isso gerou reação em todas as escolas afetadas. A pressão da população, principalmente estudantes e professores, fez com que a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) convocasse uma audiência pública sobre o assunto. A audiência aconteceu, no dia 30\11\2016, na ALERJ, e foi um dos momentos mais marcantes da ocupação do CIEP Glauber Rocha com uma fala da estudante Elaine de Oliveira, porta-voz da ocupação, que viralizou nas redes sociais virtuais.

Quando eles foram levar essa notícia até nós, algo que foi assim, que machucou a gente mesmo, pelo menos me machucou como estudante e como pessoa foi que eles nos trataram apenas como números (Elaine de Oliveira - estudante)¹⁹

A estudante opôs a burocracia da SEEDUC-RJ, que vê estudantes, professores e escolas apenas como números, à relação dos estudantes e professores entre si e com as escolas, que é plena de conteúdo emocional (CAMPOS et. al, 2016). Por isso, ela se sentiu agredida, machucada, ao ser tratada como um objeto, algo que não tem vontade própria.

Para divulgar sua luta e ganhar mais apoio da comunidade os estudantes organizaram o evento “Ocupação Cidadã”, aberto à comunidade, no domingo, dia 04\12\2016, entre 10h e 16h, com diversas atividades, como oficina de grafite, corte de cabelo, futebol, música, teatro, dança etc.

No dia 07\12\2016, chega a notícia de que o Ensino Médio iria permanecer na escola. Os estudantes se reúnem e decidem encerrar a ocupação do Ciep Glauber Rocha:

Nós, alunos da OCUPAÇÃO Ciep 123 Glauber Rocha queremos abraçar a cada um e a cada uma que sonharam juntos com a gente esse sonho: manter o ensino médio em nossa escola. Desde novembro choramos com a notícia de que não

19. Na Alerj, estudante critica o fim do ensino médio no Ciep Glauber Rocha: governo vai municipalizar unidade e estuda acabar com turnos em outras escolas estaduais de Nova Friburgo. *Jornal A Voz da Serra* 02\12\2016

pertenceríamos mais a essa escola querida. Choramos de raiva pela arbitrariedade, mas resolvemos lutar! E foram tantos que nos ajudaram a perseguir esse sonho. E valeu a pena!!! Hoje, dia 7 de dezembro encerramos nossa ocupação chorando também... Chorando de saudade dos amigos que fizemos, dos momentos que passamos, mas principalmente, chorando de alegria pela notícia: o ensino médio ficará na escola!!! A notícia veio direto da SEEDUC e, com certeza, é fruto da nossa luta e da luta de nossas famílias, amigos, funcionários e professores!!! Obrigado!! E tenham certeza que a luta não acaba aqui!! Somos irmãos na luta pelos outros colégios que passam por dificuldades também!!! Tenham certeza que lutar vale a pena e que as lágrimas são de imensa alegria!!! (Página no facebook da Ocupação do Ciep 123 Glauber Rocha. Publicado em 07\12\2016)

Após 15 dias a ocupação do Ciep Glauber Rocha acaba. Mas no mesmo dia, mais tarde, chega uma nova notícia que contradiz a notícia anterior:

Infelizmente a notícia sobre a manutenção do ensino médio na escola ainda não é verdade. Após um telefonema da SEEDUC, hoje, e uma confusão, ficamos sabendo, agora, que seremos já transferidos. Estamos nos recuperando da notícia para pensarmos nas próximas ações. Desculpem-nos. As lágrimas voltam a ser de tristeza. (Página no facebook da Ocupação do Ciep 123 Glauber Rocha. Publicado em 07\12\2016)

Parece razoável afirmar que a SEEDUC utilizou uma tática de desinformação para desmobilizar os estudantes: enviaram uma notícia falsa para que os estudantes desocupassem a escola.

O impacto de se sentir vitorioso e, algumas horas, depois enganado (e derrotado) foi grande; mas os estudantes não se desmobilizaram. Os estudantes do Glauber Rocha se reuniram com estudantes de outras escolas, que estavam sendo afetadas pelo fechamento de turmas e turnos, e juntos realizaram uma nova ação: a ocupação da Coordenadoria Regional de Educação - Serrana II. As táticas da SEEDUC e da Coordenadoria levaram os estudantes a realizar uma ação ainda mais contundente e interromper os trabalhos da Coordenadoria, no final do ano letivo.

A ocupação da Coordenadoria Regional - Serrana II aconteceu no fim da tarde de segunda-feira, dia 12\12\2016²⁰. Cerca de 20 estudantes entraram no prédio e disseram que só sairiam com sua reivindicação fosse atendida. Eles se colocaram contra o fechamento de todas as escolas, turmas e turnos da rede estadual no município de Nova Friburgo.

A ocupação da Regional Serrana II acabou no dia 16\12\2016, depois de uma audiência pública com a Comissão da Educação da ALERJ, organizada pelo deputado Comte Bittencourt (PPS), em Nova Friburgo, com a presença de estudantes e professores de todas as escolas envolvidas no fechamento de turmas e turnos. Os responsáveis pela gestão da Coordenadoria Regional Serrana II foram bastante criticados pela intransigência, autoritarismo e desconhecimento da realidade das escolas. Depois da audiência pública, os estudantes voltaram para a ocupação da Serrana II, fizeram uma assembleia e decidiram encerrar a ocupação:

20. Estudantes ocupam coordenadoria regional da Secretaria de Educação: grupo protesta contra o fechamento de turmas, turnos e do ensino médio em escolas estaduais em Nova Friburgo. *Jornal A Voz da Serra*, 13\12\2016.

Na sexta-feira, dia 16 de dezembro, após uma audiência sobre a educação estadual na UFF com mais de 8 horas de duração e uma reunião com o deputado Comte Bittencourt, representantes do SEPE, SEEDUC e coordenadoria regional Serrana II, nós, os alunos que ocupavam a regional, decidimos acabar com a ocupação física naquele prédio. Esta atitude foi tomada diante da promessa que o Ciep Glauber Rocha não seja municipalizado, da garantia da abertura de turmas do Colégio Estadual Prof Jamil El Jaick, do respeito a garantia de matrículas de outros colégios e diante, também, do pedido de desculpas dos membros da regional. Porém, estamos mobilizados e prontos para lutar pelo que acreditamos!! Junte-se a nós!! (Página no facebook da Ocupação do Ciep 123 Glauber Rocha. Publicado em 16/12/2016)

A ocupação teve uma duração curta, quatro dias, mas foi uma ação efetiva. O Ensino Médio no Ciep Glauber Rocha foi mantido e evitou-se o fechamento de muitas turmas e turnos em outras escolas.

Os estudantes protagonizaram um grande ciclo de mobilizações no município de Nova Friburgo, ao longo de todo o ano de 2016²¹. Assim, os jovens estudantes aparecem como sujeitos em luta, protagonistas das lutas sociais de seu tempo. Chama a atenção o papel exercido pelas mulheres como lideranças e porta-vozes do movimento. O foco de mobilização dos estudantes são as unidades escolares em que eles convivem cotidianamente. Portanto, eles se associam nas suas próprias escolas e se articulam com outros estudantes através das redes sociais virtuais. Tem as assembleias como forma principal de organização, tomada de decisão e gestão de conflitos; nelas todos os estudantes têm voz e voto. Têm como antagonista o governo do estado do Rio de Janeiro (especialmente a SEEDUC-RJ e a Coordenadoria Regional de Educação - Serrana II) e como opositor o grupo organizado em torno da página Desocupa. Lutam em defesa de uma educação pública democrática, baseada no diálogo.

Essa luta envolve um questionamento das formas de tomada de decisão do governo estadual sobre a educação pública, abrindo um debate sobre o poder.

POR UMA EDUCAÇÃO QUE NOS AJUDE A PENSAR E NÃO QUE NOS ENSINE A OBEDECER

Nós não somos apenas números,

nós somos pessoas, nós somos ideias.

Elaine de Oliveira – Ciep Glauber Rocha

As escolas ocupadas aparecem como uma forma de contestar os processos centralizados de tomada de decisão usados pelo governo do estado do Rio de Janeiro, de outros estados e do governo federal. O questionamento sobre os processos de tomada de decisão em sociedade levanta diretamente o debate sobre o poder e seu exercício – dentro e fora da escola. Foucault (2010) sugere estudar experiências de

21. Houve também a participação importante de uma entidade estudantil recém fundada, a Associação dos Estudantes Secundaristas de Nova Friburgo (AENF), o papel da AENF precisa ser estudado com mais cuidado.

resistência ao poder dominante como ponto de partida para entender o poder. As experiências de resistência ao exercício do poder dominante colocam em evidência os mecanismos\tecnologias pelos quais o poder é exercido. Dessa forma, “para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar essas relações” (FOUCAULT, 2010, p.276). Esse é o caminho que está sendo trilhado neste trabalho: observar as ocupações de escolas para debater as relações de poder, colocando em evidência o exercício do poder pelos estudantes dentro das escolas ocupadas.

As escolas da rede estadual do Rio de Janeiro passam por um processo crescente de centralização dos processos de tomada de decisão. A centralização se dá pelo projeto de Gestão Integrada da Escola (GIDE)²², implantado pelo governo estadual, a partir de 2011. Trata-se de um modelo padronizado de gestão e avaliação das escolas baseado na ideia de meritocracia. Dessa forma, escolas, professores e estudantes que obtêm melhores resultados nas avaliações padronizadas são premiados em detrimento dos outros. O maior símbolo das avaliações padronizadas no estado é o Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ). Todos os modelos e padrões foram elaborados pela SEEDUC-RJ e implantados nas escolas sem consulta às comunidades escolares (estudantes, pais, funcionários e professores). Assim, as “tomadas de decisões dentro das escolas pelo Brasil afora passam por instâncias estranhas aos discentes, ou seja, aqueles que, em maioria, habitam os espaços e deles dependem, são os últimos a opinar (quando opinam)” (NUNES, 2016, p.5).

A capacidade de realização de determinado indivíduo ou grupo é uma forma de entender a ideia de poder. O poder compreendido como capacidade de realização “remete a aptidões diretamente inscritas no corpo ou mediatizadas por dispositivos instrumentais” (FOUCAULT, 2010, p.285). Essa ideia do poder como capacidade de realização é trabalhada pelo sociólogo estadunidense John Holloway (2013) como poder-fazer. Um aspecto interessante da ideia de poder-fazer é que ela traz consigo o poder-de-não-fazer; o poder de se recusar a fazer aquilo que é determinado pelo poder dominante. A ruptura com as relações de dominação começa com a recusa, com o não (HOLLOWAY, 2013). O poder-de-não-fazer é o poder de desobedecer.

O movimento das escolas ocupadas parte justamente dessa recusa inicial, de um ato de desobediência. A ocupação busca romper com a normalidade para contestar as regras e planos impostos por governos, direções, e professores sobre os estudantes. Os estudantes são vistos como objetos, como números, nos projetos governamentais de educação e no cotidiano da grande maioria das escolas. A frase “Por uma educação que nos ajude a pensar e não que nos ensine a obedecer”, presente em cartazes nas ocupações, representa bem essa situação. Na frase, os estudantes opõem o ato de

22. Segundo material de divulgação da SEEDUC (2011), distribuído a todos os servidores nas escolas do estado, GIDE é um “sistema de gestão que contempla os aspectos estratégicos, políticos e gerenciais inerentes à área educacional com foco em resultados. Tem como objetivo melhorar significativamente os indicadores da educação, tendo como referência as metas do IDEB estabelecidas pelo Ministério da Educação”.

pensar ao de obedecer, e, indiretamente, a frase relaciona o ato de pensar por si próprio à desobediência. Se pensar é o oposto de obedecer, então, pensar é um ato de desobediência.

Ocupação é uma ideia teórica e prática construída pelos próprios movimentos sociais no caminhar de suas lutas. Ocupar implica criar uma fratura\fissura radical frente às lógicas institucionais (ZIBECHI, 2015; HOLLOWAY, 2013). Essa ruptura abre a possibilidade de um outro-fazer. Em alguns casos esse outro-fazer ganha destaque “como em escolas alternativas, onde os rebeldes dizem muito claramente que estão criando um outro tipo de educação para substituir a educação autoritária ou alienada fornecida pelo Estado” (HOLLOWAY, 2013, p.31). No caso das escolas ocupadas não se trata de substituir a educação estatal, mas obrigar o Estado a incluir a comunidade escolar, de fato, nos processos de tomada de decisão sobre a escola. Nesse sentido, o movimento das escolas ocupadas foi bem sucedido, pois além da recusa inicial os estudantes foram capazes de estabelecer esse outro-fazer dentro das escolas: aulas com formatos alternativos, projetos pedagógico e atividades culturais. Nesse movimento de recusa-e-criação, os oprimidos emergem como rebeldes e não como vítimas; como sujeitos e não objetos (HOLLOWAY, 2013); como pessoas e não números. Considera-se, então, que a ocupação de escolas é um ato de desobediência civil. A recusa consciente de seguir as regras e planos impostos pelo poder dominante²³.

Um aspecto importante da ocupação das escolas é que os estudantes não se deixaram representar por partidos políticos. Eles dispensaram e desprezaram a mediação de suas demandas pelos partidos (ORTELLADO, 2016). Os próprios estudantes se representaram: “Se os meus representantes não estão me representando direito, eu vou lá e faço, eu vou lá e falo: está errado” (Elaine de Oliveira - estudante)²⁴. Com a ação de ocupação das escolas, os estudantes se fizeram ver e ouvir. Trata-se, portanto, de uma ação direta, que é o oposto da ação indireta, quando os grupos e movimentos buscam operar as mudanças pela representação de seus interesses por um partido junto ao Estado. Com a ação direta “um coletivo invisibilizado se converte em um sujeito político-social” (ZIBECHI, 2015, p.42).

A ação direta é uma prática\tática baseada na ideia de que são os próprios oprimidos que devem construir e gerir o processo de luta contra a opressão. O movimento anarquista foi um dos que mais desenvolveu a práxis da ação direta, principalmente nas atividades de propaganda (jornais, revistas) e educação (formal e informal) (GALLO, 2007). Um dos aspectos da ação direta é a propaganda pelo fato: a realização de ações contundentes que demonstram para os próprios oprimidos sua capacidade de luta\resistência. As escolas ocupadas têm esse caráter de propaganda pelo fato, um tipo de “efeito demonstração em cadeia, facilitado pela rede de comunicação entre os

23. A desobediência civil pode ser violenta como no caso dos Black Bloc's, ou não, como no movimento pela independência da Índia ou as escolas ocupadas.

24. Na Alerj, estudante critica o fim do ensino médio no Ciep Glauber Rocha: governo vai municipalizar unidade e estuda acabar com turnos em outras escolas estaduais de Nova Friburgo. *Jornal A Voz da Serra* 02\12\2016

secundaristas” (CAMPOS et. al, 2016, p.112).

Dessa forma, pensar, desobedecer e agir indicam a prática de uma “cidadania insurgente”. Assim, estas manifestações (junho de 2013, escolas ocupadas)

são exercícios de cidadania insurgente, uma busca de redefinição da cidadania pseudodemocrática que se instalou nos últimos anos, por exemplo no Brasil, onde o exercício das práticas deliberativas\participativas são pautadas pelos que estão no poder. (GOHN, 2014b, p.143)

A questão dos processos de tomada de decisão é central nesse novo repertório de ações coletivas. Por um lado, o questionamento da centralização, da verticalização e da falta de transparência nos processos de tomada de decisão do Estado; por outro lado a busca por formas organizativas baseadas na horizontalidade, na pluralidade e na autonomia. Mas é importante ressaltar que não se tratam de movimentos contra o Estado, mas de movimentos que reivindicam um Estado mais eficiente (GOHN, 2014a, 2014b), capaz de garantir com qualidade direitos\serviços como saúde, educação, transporte, etc. São, portanto, movimentos diametralmente opostos ao ideário neoliberal – que prega o Estado mínimo.

As ocupações de escolas retomam a forma e a estética dos atos de protesto, ocorridos em junho de 2013, contra o aumento do preço das passagens de transportes públicos e podem ser entendidas como um segundo momento de amadurecimento de uma nova geração de militantes (NAVARRO e BRASILINO, 2016). A estética das escolas ocupadas, com os cartazes feitos a mão, com mensagens diversificadas, sem símbolos de partidos, sindicatos e entidades estudantis, lembra muito as manifestações de 2013. O Professor Pablo Ortellado considera que “o movimento dos estudantes secundaristas pode ser visto como a primeira flor de junho, o primeiro desdobramento pleno dos protestos de junho de 2013” (ORTELLADO, 2016, p.15).

A prática da desobediência civil e da ação direta foi retomada com mais força, no Brasil, a partir das manifestações de 2013, em torno do aumento da tarifa dos transportes públicos. Observa-se que “há um novo momento e um novo modelo de associativismo entre os jovens no mundo contemporâneo” (GOHN, 2014a, p.12). Pode-se afirmar que as escolas ocupadas se inserem em um novo ciclo de lutas desencadeado a partir da crise econômica de 2008. Esse novo ciclo de lutas sociais apareceu com mais intensidade, a partir de 2011, com os confrontos nas periferias de Londres, o Occupy (Wall Street, Frankfurt, Londres, Roma, etc), os Indignados na Espanha, A(s) Primavera(s) Árabe(s) em vários países. No Brasil, esse novo ciclo se iniciou em 2013 (GOHN, 2014b).

Outro fator que conecta as escolas ocupadas aos protestos de junho de 2013 e aos movimentos internacionais, especialmente o Occupy, são os princípios organizativos em que se destacam a horizontalidade, a pluralidade e a autonomia. Fora isso, é fundamental considerar as especificidades da crise e da situação das classes e das lutas sociais nos países da América Latina, como o Brasil, que são muito diferentes da crise ocorrida nos países centrais, a partir de 2008 (GOHN, 2014a, 2014b).

Justamente devido a esse novo repertório, muitos analistas tiveram dificuldades em compreender essas novas lutas e movimentos, mas

muitos dos que não encontram programa ou estratégias claras nas manifestações o fazem sob a ótica teórica da esquerda, da luta de classes, etc. Entretanto, vários desses movimentos se inspiram mais nos ideais dos anarquistas, libertários, socialistas utópicos, etc. do que os da esquerda tradicional. (GOHN, 2014b, p.67)

Compreende-se esquerda tradicional como aquela que historicamente se organiza em partidos e sindicatos, com certa hegemonia do pensamento marxista.

A partir dessas considerações as escolas ocupadas serão abordadas como fenômenos libertários. Os fenômenos libertários “estão ligados às lutas antiautoritárias que têm por base a oposição à dominação e a aspiração à liberdade, e que vêm ocorrendo durante toda a história” (CORRÊA, 2015, p.91).²⁵

De forma geral, o pensamento libertário costuma associar a questão do poder às práticas de tomada de decisão em sociedade ou em coletivos, como sindicatos, entidades estudantis etc. Uma das preocupações centrais é nível de participação de cada indivíduo nos processos de tomada de decisão. Justamente uma das questões centrais levantada pelas escolas ocupadas é a participação dos estudantes nos processos de tomada de decisão sobre a escola: utilização do espaço físico, limpeza, cardápio da merenda, currículo, o objetivo e o formato das atividades pedagógicas e das avaliações. A ocupação possibilitou aos estudantes gerir diretamente todos esses aspectos do cotidiano de suas escolas.

Quando os estudantes tomam a escola e passam a gerir esse espaço diretamente, eles estão exercendo poder. Dessa maneira, o exercício do poder não está ligado somente à dominação, mas também “associado à horizontalidade a qual pode ser exercida no espaço público, implicando um reforço da esfera pública em sentido forte” (SOUZA, 2010, p.19). A tomada do espaço da escola pública e sua gestão com base na horizontalidade implicam um reforço da esfera pública a partir do exercício de uma cidadania insurgente.

“A ideia da horizontalidade é que todos devem ser envolvidos nos processos de tomada de decisão em uma base de igualdade, e que não pode haver líderes” (HOLLOWAY, 2013, p.46). O princípio da Horizontalidade impede a aparição de líderes, mas não de lideranças. As lideranças surgem normalmente no processo da luta e isso não é um problema. O problema acontece quando as lideranças se cristalizam em posições de destaque\comando e se tornam líderes, centralizando as tomadas de decisão. Dessa maneira, a horizontalidade como princípio organizativo impede a

25. Os fenômenos libertários são distintos dos fenômenos anarquistas, que “estão vinculados ao anarquismo, fenômeno essencialmente histórico, que se insere em um contexto determinado, pode ser localizado no tempo e no espaço, e define-se por princípios mais restritos” (CORRÊA, 2015, p.91). Os fenômenos anarquistas se enquadram nos fenômenos libertários, que abrangem um espectro mais amplo de lutas e acontecimentos. Considerar as escolas ocupadas um fenômeno anarquista seria um erro grave, já que não há nenhum indício de um corte ideológico bem definido pelos estudantes em seu movimento.

formação de um aparato centralizado(r) que se coloque sobre a organização coletiva. Trata-se de uma forma de afirmação da capacidade política dos sujeitos em luta – bem como a ação direta. A horizontalidade aparece, na prática, tanto nas assembleias dos estudantes, quanto nas atividades e tarefas cotidianas da ocupação.

Nas Ocupações, os Estudantes construíram um processo prático de formação política centrado nas assembleias como forma de tomada de decisão. Nas assembleias, as diversas posições políticas estavam presentes, mas sem que nenhuma delas pudesse controlar o movimento. Dessa forma, a pluralidade foi uma das marcas fortes do movimento dos estudantes. A partir do princípio da pluralidade, as “diferenças que existem entre os indivíduos serão respeitadas como elementos que enriquecem a unidade da experiência e do fenômeno” (BOOKCHIN, 2010, p.46).

Cada escola ocupada tinha sua própria organização, sem a necessidade de um modelo rígido a ser copiado. A pluralidade foi um dos elementos que conferiu força ao movimento estudantil. Os estudantes tiveram capacidade de manter coesão e coerência na diversidade. Pluralidade com coesão, ao invés da unidade (como prega a esquerda tradicional\institucionalizada). A coesão na pluralidade foi alcançada através da organização em assembleias, tanto dentro das escolas ocupadas quanto na articulação entre elas. A pluralidade organizada em assembleia cria um ambiente em que todos se sentem confortáveis para participar e com isso aprender. “Os movimentos sociais sempre têm um caráter educativo e de aprendizagem para seus protagonistas” (GOHN, 2013, p.16). Assim, a vivência dos estudantes nas escolas ocupadas, participando diretamente dos processos de tomada de decisão, teve um caráter educativo muito intenso.

A pluralidade organizada em assembleia com base na horizontalidade, um processo em que todos participam ativamente dos processos de tomada de decisão, aponta para o princípio da autonomia. Nas Escolas Ocupadas, a Autonomia aparece como uma conquista, resultado de uma construção social\coletiva e não individual. A palavra Autonomia “significa, singelamente, o poder de uma coletividade de se reger por si própria, por leis próprias” (SOUZA, 1995, p.105). A ideia de Autonomia surgiu na antiga Grécia e foi realizada na organização da pólis; desde então ela está relacionada com “a ideia de governo social, a capacidade que o indivíduo tinha de participar diretamente no governo da sociedade em que vivia” (BOOKCHIN, 2010, p.84). Portanto, a conquista e o exercício da Autonomia são processos necessariamente sociais\coletivos. Quando os estudantes passam a gerir diretamente o espaço escolar, sem seguir imposições de uma entidade externa, eles estão exercendo autonomia.

É essencial perceber, então, que o poder está ligado às práticas dos indivíduos em coletividade. Ele é “sempre um modo de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir” (FOUCAULT, 2010, p.289). O poder serve para restringir ou possibilitar a ação dos indivíduos em relação uns aos outros. O poder regula ação dos indivíduos em sociedade, assim, “só há poder exercido por ‘uns’ sobre os ‘outros’; o poder só existe em ato” (FOUCAULT, 2010, p.287). Nessa

concepção do poder exercido por uns sobre outros o poder está ligado às relações de mando e obediência, coerção, dominação.

Essa concepção de poder como coerção, dominação, corresponde à heteronomia (oposto da autonomia), quando uma coletividade é regida\dominada por uma entidade\ instituição externa ou superior a ela. Assim,

As práticas espaciais têm servido, obviamente, tanto à dominação, à coerção, à imposição de cima para baixo ou de fora para dentro das leis e normas que regulam a vida de um grupo ou sociedade (ou seja, do *nómos*, ou dos *nomói*) – em uma palavra, à heteronomia –, quanto à emancipação, à autodeterminação, à autodefesa legítima, ao autogoverno, à instituição livre e lúcida das leis e normas pelo próprio corpo de cidadãos, diretamente – em uma palavra, à autonomia. (SOUZA, 2010, p.23) [grifos do autor]

Aqui temos a oposição entre autonomia e heteronomia colocada de forma bem clara: são dois modelos de exercício do poder, duas formas de reger\regular as relações em sociedade. Os estudantes se rebelaram contra o poder heterônimo do Estado e instituíram um poder autônomo com base em um processo de reapropriação material e simbólica do espaço escolar: a ocupação.

A organização autônoma e horizontal dos estudantes em assembleias, atividades pedagógicas e de manutenção levou a construção de uma democracia direta\radical nas escolas ocupadas:

E a gente também tem aula de democracia aqui todos os dias. Ao longo do tempo, já são três semanas que vão entrar aí, de ocupação, né. Então, ao longo do tempo, o tempo que você fica aqui, que você assiste as palestras, as rodas culturais e tudo mais. Você tem uma aula de democracia. Agora, a gente, a escola que a gente vivenciava aqui não formava mais cidadãos. As aulas só se resumiam a um quadro branco e um *pillot*. (Gabriela D'imperio – estudante)²⁶

Os estudantes compreenderam na prática que democracia e cidadania são duas faces de um mesmo processo, uma não existe sem a outra. Nesse sentido, cidadania significa cogestão dos indivíduos sobre as regras de convivência da sociedade. Os estudantes perceberam que não estavam sendo formados para o exercício da cidadania, mas da obediência.

A disputa entre os estudantes e o Estado evidencia a ideia de poder como assimetria nas relações de força “como uma relação que se estabelece nas lutas e disputas entre diversas forças sociais em conflito, quando uma(s) força se impõe à(s) outra(s)” (CORRÊA, 2015, p.135). Essa concepção de poder é diretamente voltada para a compreensão das lutas que buscam transformações na sociedade. Ela também permite entender a ação de ocupação das escolas como uma ação de resistência à força social hegemônica. Uma ação que busca construir um poder alternativo ao poder dominador hegemônico. Nesse sentido, os estudantes construíram um contrapoder, ou seja, “um poder que é exercido em oposição a outro poder” (SOUZA, 2010, p.18). O fato de não haver relações de dominação no interior do movimento das escolas ocupadas não quer dizer que não existem relações de poder, apenas que essas relações não

26. Documentário: #OCUPAJAMIL. Prod. ASTH, M. Nova Friburgo, publicado em 11 mai. 2016.

são de dominação. Isso não significa também que não haviam contradições dentro das escolas ocupadas.

As relações de dominação produzem um poder dominador ligado à “dominação, hierarquia, alienação, monopólio das decisões por uma minoria, estrutura de classes e exploração” (CORRÊA, 2015, p.138). Os estudantes se opuseram a esse tipo de poder a partir da prática da gestão autônoma e direta do espaço escolar, ou seja, da autogestão. Dessa forma, eles opuseram um poder auto-gestionário a um poder dominador. O poder autogestionário está ligado à “autogestão, participação ampla nas decisões, agentes não alienados, relações não hierárquicas, sem relações de dominação, sem estrutura de classes e exploração” (IDEM).

“Muito embora a palavra autogestão seja fruto da segunda metade do século XX, a ideia e as práticas que o termo recobre fazem parte da herança deixada pelo anarquismo clássico” (SOUZA, 2012, p.63). Para os anarquistas, a Autogestão é um meio de colocar em prática a emancipação dos trabalhadores como uma obra dos próprios trabalhadores, por isso, os “libertários foram os primeiros, e, durante muito tempo, os únicos a desenvolver a teoria da autogestão e dela fazer um princípio de ação” (BERTHIER, 2002, p.61). Assim a Autogestão é um princípio de organização e as estruturas autogestionárias são “essencialmente organismos de base que permitem a expressão de todos os trabalhadores, simultaneamente no plano da empresa e no local de moradia” (IDEM). A questão da participação dos indivíduos nos processos de tomada de decisão é essencial para compreender a autogestão. As estruturas autogestionárias devem permitir e incentivar a expressão de todos os envolvidos nos processos de tomada de decisão e execução. O fato de permitir a expressão de todos não significa que na autogestão todos têm o mesmo peso nas decisões o tempo todo. Considera-se que “cada agente deve participar do processo de tomada de decisões, na mesma proporção que ele é afetado pelas consequências” (ALBERT, 2004, p.17) dessa decisão.

O poder, portanto, não tem somente uma face negativa de dominação\sujeição\exploração\heteronomia; o poder também pode ter uma face positiva de autogestão\horizontalidade\pluralidade\autonomia. As práticas de determinada sociedade, coletividade, grupo, podem se aproximar mais ou menos de um desses dois polos ideais de tipos de poder: obediência\heteronomia\dominação ou pensar\autonomia\autogestão. Esses polos são ideias que ajudam a compreender a realidade e podem ser representados esquematicamente:

Pensar	X	Obedecer
Autonomia	X	Heteronomia
Autogestão	X	Dominação

Quadro 1: Polos de tipos ideais de poder.

Fonte: Elaborado pelo autor.²⁷

27. Inspirado em CORRÊA, 2015.

A experiência das escolas ocupadas teve um caráter pedagógico importante para a formação de toda uma nova geração de militantes, com um novo repertório de ações coletivas. A “descoberta de sua própria força e capacidade enquanto sujeitos criou, nos estudantes, o desejo e a disposição de se engajar na luta pelo direito a uma educação pública de qualidade de forma mais ampla e contínua” (CAMPOS et. al., 2016, p.305). Acredita-se que por “menor que seja, há um efeito duradouro nos corações e mentes daqueles que viram uma escola cidadã e autônoma, sem hierarquia de saberes” (NUNES, 2016, p.11).

O caráter espacial da experiência das escolas ocupadas é um dos aspectos mais importantes para a compreensão desse fenômeno, já que o espaço escolar é o referencial material e simbólico que dá sustentação às ações dos estudantes.

A ESCOLA É NOSSA

Há escolas que são gaiolas

e há escolas que são asas.

Rubem Alves

A frase “A escola é nossa” pintada à mão em cartazes e faixas esteve presente em praticamente todas as escolas ocupadas, no Brasil. É uma das frases mais emblemáticas desse movimento. A palavra “nossa\ nosso”²⁸, é um pronome possessivo, indica posse ou propriedade, tanto física como intelectual. Portanto, a frase pretende indicar de quem é a posse, o domínio, do espaço escolar (pelo menos naquele momento). O cartaz com a frase “A escola é nossa” na fachada, no portão ou no pátio principal das escolas ocupadas é uma marca visível na paisagem do exercício de poder\ domínio dos estudantes sobre o espaço escolar. O que levou o professor Fernando Nunes a considerar as ocupações de escolas como um movimento de “reintegração de posse” (2015).

A ocupação de determinados espaços é uma tática muito utilizada pelos movimentos sociais, especialmente aqueles que lutam por moradia, terra e território. Quando os estudantes ocupam as escolas eles se co-locam (PORTO-GONÇANVES, 2004), tornam sua presença visível no local\ locus. Mas mais do que isso sua presença é notada por que eles passam a exercer controle (domínio\ poder) sobre determinado lugar. Dessa forma, o espaço joga um papel central nesse tipo de ação coletiva, pois

o poder não é exercido apenas no espaço (o que é irritantemente óbvio), mas também através do espaço e por meio do espaço – isto é, por meio das formas do substrato espacial material (formas espaciais), das configurações territoriais e das imagens de “lugar” (SOUZA, 2010, p.30)

O ordenamento espacial pode facilitar ou dificultar o exercício de determinado tipo

28. De acordo com o dicionário virtual Michaelis <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&pala-vra=nosso>

de poder: dominador ou autogestionário. Assim toda arquitetura das escolas é pensada para facilitar o exercício do poder dominador como a separação e a classificação dos estudantes em salas/séries, por exemplo. Dessa maneira, as formas materiais do espaço e sua configuração territorial apontam no sentido de determinada organização das relações sociais.

Mas as práticas espaciais dos sujeitos de carne e osso são tão importantes quanto à estrutura espacial e a configuração territorial. As práticas espaciais podem ser coercitivas ou insurgentes (SOUZA, 2010, p.24). Elas podem subverter a estrutura espacial a partir de uma reconfiguração territorial. Nas escolas ocupadas às salas de aula se transformaram em quartos coletivos, as atividades pedagógicas e de organização da ocupação eram realizadas preferencialmente nas áreas externas (de uso comum) como o pátio ou a quadra, a cozinha se tornou um ponto de encontro e troca de ideias especialmente à noite (quando diminuía o número de estudantes na ocupação), não havia separação por série ou nível de ensino entre os estudantes, que se distribuíam nas tarefas e atividades de acordo com seus interesses. Dessa maneira, pode-se considerar que nas escolas ocupadas o exercício de uma cidadania insurgente está diretamente ligado a uma prática espacial insurgente. Em oposição a uma cidadania obediente ligada às práticas espaciais coercitivas praticadas pela administração escolar.

O espaço (escolar) foi fundamental como base material e simbólica para o movimento (estudantil) se organizar, resistir e construir sua autonomia. Mas, mais do que isso, o espaço coage, age com, é co-agente, ele participa da ação, por isso, todo movimento social é portador, em algum grau, de uma nova ordem socioespacial (PORTO-GONÇANVES, 2004). O espaço escolar, além de ser o foco da mobilização estudantil, participa, também, como referencia central da ação de ocupação e na construção das identidades coletivas criadas pelos estudantes em luta: Ocupa Cairu, Ocupa Mendes, Ocupação do CE Prof Jamil El-Jaick, Ocupação CIEP 123 Glauber Rocha, etc. Cada ocupação tinha uma identidade própria e também estava inserida em uma identidade coletiva mais ampla e difusa das escolas ocupadas (e do movimento estudantil).

Destaca-se, assim, capacidade dos movimentos sociais de criar seus próprios recortes de espaço para se organizar e resistir coletivamente. As escolas ocupadas são um exemplo de como “os de baixo são capazes de criar seus próprios espaços e convertê-los em territórios” (ZIBECCHI, 2015, p.29). Os estudantes convertem as escolas ocupadas em territórios exercendo poder sobre esses espaços, pois, “território é um conceito cujo foco central está colocado nas relações de poder” (HAESBAERT, 2009, p.12). A questão que se coloca é quais relações de poder serão observadas, estudadas e valorizadas a partir da aplicação do conceito de território.

Existe uma longa tradição na Geografia e nas Ciências Sociais em geral de se considerar o território como substrato material ou área de domínio do Estado, “compreendendo qualquer outra manifestação no território, que não a estatal, como

uma excepcionalidade” (PAULA, 2015, p.31-32). Contudo, mais recentemente os próprios movimentos sociais se apropriaram do conceito de território, que passou “a se articular à questão dos direitos e das disputas pelos bens econômicos, de um lado, e, de outro, pelo pertencimento ou pelas raízes culturais de um povo ou etnia” (GOHN, 2013, p.28 11). O controle do território está ligado às possibilidades de reprodução física e cultural de determinado(s) grupo(s). Dessa maneira, o território aparece como um conceito “que reúne natureza e cultura através das relações de poder sobre as condições materiais da vida” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p.245).

Considera-se, portanto, que o “território não pode ser apreendido como área de atuação de um único agente (o Estado), pois outros organismos, como os sindicatos [e o movimento estudantil], também atuam e imprimem nele sua marca” (PAULA, 2015, p.38). Os movimentos sociais são agentes que atuam no território, mas também são capazes de criar seus próprios territórios. Dessa maneira, a conversão do espaço escolar em um território de resistência estudantil pode ser observada nas alterações na paisagem da escola, principalmente os cartazes e faixas fixados na entrada das escolas ocupadas e a corrente com cadeado nos portões. “Enfim, os diferentes movimentos sociais re-significam o espaço e, assim, com novos signos grafam a terra, geografam, reinventando a sociedade” (PORTO-GONÇANVES, 2004, p.9). Nesse caso reinventando a escola.

“O processo de organização de protestos, mas sobretudo as ocupações, geraram uma dinâmica de organização coletiva que forjou novas relações sociais” (ORTELLADO, 2016, p.13). Dessa forma, a conversão das escolas ocupadas em territórios de resistência e autonomia estudantil se deu com a instalação de outro leque de relações sociais nesses espaços. Já que territórios “são no fundo antes *relações sociais projetadas no espaço* que espaços concretos” (SOUZA, 1995, p.87). As relações sociais que se instalaram nas escolas ocupadas implicaram toda uma reorganização espacial da escola e suas atividades, com uma utilização maciça das áreas externas.

Parte-se de uma concepção relacional em que o território é definido “antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder” (HAESBAERT, 2007, p.54). As relações sociais são sempre relações de poder, o que difere são o caráter e a forma de exercício do poder. Nesse sentido, as escolas ocupadas são experiências privilegiadas para a observação de relações de poder que se aproximam mais da autonomia e da autogestão. E do tipo de território forjado por essas relações.

O “território é constituído pela sociedade no próprio processo em que tece o conjunto das suas relações sociais e de poder” (PORTO-GONÇANVES, 2004, p.5). Nas escolas ocupadas a tessitura do conjunto das relações sociais que instituíram esses territórios se deu em oposição ao conjunto de relações sociais hegemônicas na sociedade capitalista.

A instituição de um território é resultado de um processo (permanente) de territorialização; pois, “não há território que não seja fruto de um processo de territorialização entre diferentes sentidos - territorialidades - para estar com a terra” (PORTO-GONÇANVES, 2015, p.245). Na sociedade existem diversos grupos com territorialidades distintas e até opostas. Esses grupos disputam o sentido da territorialização buscando tornar sua territorialidade hegemônica. Assim, a tensão e o conflito estão presentes em todo processo de territorialização. Dessa maneira, a territorialização dos estudantes por meio da ocupação implicou necessariamente um conflito de territorialidades com os agentes da administração escolar.

Pode-se compreender territorialidade(s) como diferentes sentidos para estar com a terra ou como uma “estratégia territorial, uma ação no território buscando um objetivo político\social ou econômico sem necessariamente que se consuma uma posse efetiva do território” (PAULA, 2015, p.38). Essas duas compreensões não estão dissociadas. Nas escolas existe uma tensão constante entre o sentido de estar na escola para os estudantes e para a administração escolar. Essa tensão se transformou em conflito quando os estudantes acionaram a territorialidade como estratégia buscando um objetivo político\social via ocupação do espaço escolar. Evidencia-se, então, que no processo da luta os estudantes construíram uma territorialidade insurgente, rebelde, autônoma que se opôs a territorialidade coercitiva, heterônoma, imposta pelo Estado via Secretaria de Educação e Direções das escolas.

Nas escolas ocupadas, a resistência, contrapoder, insurgência, foi exercida pelos estudantes mediante processos de territorialização – ou seja, mediante o controle e a ocupação do espaço (SOUZA, 2010). A territorialização dos estudantes como gestores das escolas se dá a partir do momento em que eles acionam a territorialidade como uma estratégia a fim de conquistar objetivos político-pedagógicos e materiais.

Como dito anteriormente, as práticas espaciais podem ser insurgentes ou coercitivas (obedientes). Práticas espaciais insurgentes estão ligadas a construção de territorialidades insurgentes. Práticas espaciais coercitivas estão ligadas a construção de territorialidades coercitivas. Dessa forma, a territorialização da territorialidade insurgente (autônoma) dos estudantes pela ocupação implicou a desterritorialização da territorialidade coercitiva (heterônoma) da administração escolar.

Os princípios que orientam os estudantes são a autonomia, a pluralidade e a diversidade. Por sua vez o princípio que orienta a administração escolar (Coordenadorias, Secretaria de Educação) é a meritocracia. Dessa forma, as ações coletivas dos estudantes se opõem (na prática) ao princípio que orienta as ações da administração escolar. A partir dessa oposição inicial se desdobram uma série de oposições: na forma de entender\exercer a cidadania; nas práticas espaciais; e no tipo de territorialidade que eles constroem a partir das práticas espaciais de cada ator em cena. Essas oposições podem ser representadas esquematicamente:

Cidadania Insurgente X Cidadania Obediente
Práticas Espaciais Insurgentes X Práticas Espaciais Coercitivas
Territorialidade Insurgente X Territorialidade Coercitiva

Quadro 2: Cidadania, Práticas Espaciais, Territorialidade.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os estudantes desenvolveram uma política de segurança própria nas escolas ocupadas. Essa política de segurança tinha uma relação muito forte com o controle do acesso ao espaço escolar. O controle do acesso era fundamental para evitar sabotagens e vandalismo nas ocupações. Mesmo assim algumas escolas sofreram sabotagens. As sabotagens poderiam ser realizadas por membros da administração escolar quando pediam pra acessar documentos nas secretarias, por professores e funcionários contrários a ocupação e até mesmo pela Polícia Militar, como foi relatado por diversas ocupações em áreas periféricas. Por isso, as correntes e cadeados nos portões, tanto das áreas externas quanto nos prédios, e a presença constante dos estudantes registrando quem entrava e saía da escola eram necessários. No CEJE e no CIEP 123 não foram registradas ocorrências graves nesse sentido. O controle da sua própria segurança leva os estudantes a outro nível de apropriação do espaço escolar:

A gente fazendo, os próprios alunos fazendo a segurança da escola é uma coisa muito legal. A limpeza inclusive das salas de aula, dos banheiros, do pátio, das arquibancadas, da cozinha. Os alunos fazendo a nossa comida. (Gabriela D'imperio – estudante)²⁹

Os próprios estudantes fazendo a segurança da escola e controlando o acesso a ela remetem diretamente a instituição da escola (ocupada) como um território de resistência estudantil. Uma área com acesso controlado é uma das compreensões mais disseminadas sobre a ideia de território. Além disso, o controle do acesso a determinada área é uma das relações sociais mais fáceis de observar em sua concretude.

A questão do controle do acesso aponta uma reflexão importante sobre as fronteiras. As fronteiras são um aspecto central nessa definição de território. Afinal as fronteiras delimitam a área de acesso controlado. No caso das escolas ocupadas, houve uma redefinição das fronteiras do espaço escolar. A escola é uma instituição que possui relações tão íntimas com a comunidade do entorno que o espaço escolar não se confunde com o espaço definido pelos muros. A forma como se dão as relações entre escola e comunidade é que definem as fronteiras do espaço escolar. Considera-se que no período das ocupações as fronteiras do espaço escolar se expandiram consideravelmente, com uma participação muito mais ativa de pais e vizinhos nas atividades da escola.

No caso do CE Jamil El-Jaick essa redefinição das fronteiras do espaço escolar durante a ocupação foi bastante evidente. Devido à centralidade da escola pessoas

29. Documentário: Ocupação Jamil El Jaick - Nova Friburgo (https://www.youtube.com/watch?v=c-NH73N_QKR0)

de diversas regiões do município estão matriculadas nela e a ocupação contou com forte apoio de ex-alunos, acabou se conformando como uma espécie de polo político-cultural de mobilização da luta em defesa da educação pública.

No caso do CIEP 123 essa expansão das fronteiras foi especialmente evidente durante o evento “Ocupação Cidadã”. Mas o caráter dessa ocupação foi o de manter a escola funcionando “normalmente” durante a semana, já que os estudantes avaliaram que a manutenção das aulas seria um ato de resistência a imposição do fim do Ensino Médio.

Apesar da distancia física de outras escolas ocupadas pelo Estado os estudantes do CE Jamil El-Jaick e do CIEP 123 Glauber Rocha estavam inseridos em um movimento maior em escala estadual e nacional. Eles transformaram temporariamente suas escolas em territórios de resistência estudantil a partir do desenvolvimento de relações de poder autogestionárias, autônomas. Com isso, instituíram territórios com um caráter totalmente diferente dos territórios do Estado e do Capital e por isso representam um verdadeiro desafio a eles.

APONTAMENTOS FINAIS

O Estado veio quente

Nóis já tá fervendo

Quer desafiar

Não tô entendendo

Mexeu com estudante

Vocês vão sair perdendo

(MC Foice e Martelo)

As ocupações de escolas no Estado do Rio de Janeiro foram diretamente influenciadas pelas notícias sobre as ocupações em São Paulo e outros Estados. Dessa maneira, os estudantes encontraram um canal para expressar sua indignação em relação aos resultados das políticas educacionais na rede pública estadual e da administração do governo estadual de forma geral.

A partir da ação direta de ocupar as escolas os estudantes encontraram uma forma de serem vistos e ouvidos, contestando os processos centralizados de tomada de decisão pelo Estado e pelas administrações escolares. Dessa maneira, as relações entre estudantes e Estado se modificaram, mesmo que momentaneamente.

As ocupações evidenciaram uma tensão de territorialidades presente nas escolas constantemente, entre o sentido de estar na escola para os estudantes e para o Estado e as administrações escolares. Essa tensão explode como conflito quando as escolas são ocupadas e todo seu funcionamento é subvertido pelos estudantes. Nesse sentido,

a ocupação representou a substituição de uma territorialidade heterônoma (ligada ao Estado) por uma territorialidade autônoma (dos estudantes). Assim a ocupação implicou necessariamente a desterritorialização de pessoas\entidades que exercem\impõem a territorialidade heterônoma sobre o espaço escolar.

O espaço escolar funcionou como catalizador da mobilização dos estudantes, como referência central da ação coletiva de ocupação e como referência para a construção das identidades coletivas criadas pelos estudantes em luta. Dessa forma, o controle do espaço escolar possibilitou que os estudantes resistissem aos ataques do Estado e de grupos opositores.

As reivindicações dos estudantes se dirigiam diretamente ao Estado, exigindo uma educação pública de qualidade. Nesse sentido, os estudantes exigiam um Estado mais eficiente e se contrapunham a privatização da escola pública. Dessa forma, o caráter emancipatório das escolas ocupadas aparece muito mais nas experiências de gestão autônoma da escola pelos estudantes do que nas reivindicações.

Os estudantes tomaram a frente trilhando e apontando os caminhos da luta em defesa da educação pública na América Latina. Apesar das especificidades locais e do caráter temporário das experiências, é possível traçar linhas de continuidade e influência mútua entre as ações dos estudantes. Eles se mobilizam com base nas escolas ocupadas que funcionam como base material e simbólica para sua luta\resistência.

Os Estudantes desafiaram o Estado e o Capital com a construção de um projeto prático de renovação da Educação Pública baseado no diálogo e na diversidade; transformando as escolas ocupadas em territórios de resistência e autonomia.

REFERÊNCIAS

ALBERT, M. Buscando a autogestão. In: CORREA, F., AMARAL, R. (org.). **Autogestão hoje: teorias e práticas contemporâneas**. São Paulo:Faisca Publicações Libertárias, 2004, p.17-41.

BEY, H. Zonas Autônomas Temporárias. In: **Zonas Autônomas**. Org: Coletivo Protópia. Porto Alegre: Ed. Deriva, 2010, p.25-112.

BERTHIER, R. Autogestão. In: COELHO, P.(org.) **Autogestão e anarquismo**. São Paulo: Imaginário, 2002.

BOOKCHIN, M. Municipalismo libertário. In: CAVALCANTI, MJ (org.). **Ecologia social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010, p.43-74.

_____. Autogestão e tecnologias alternativas. In: CAVALCANTI, MJ (org.). **Ecologia social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010, p.79-100.

CAMPOS, A.; MEDEIROS, J. e RIBEIRO, M. **Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016, 352 p.

CORRÊA, F. **Bandeira negra: discutindo o anarquismo**. Curitiba: Prisma, 2015.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: **Michel Foucault Uma Trajetória Filosófica: para além do**

estruturalismo e da hermenêutica. DREYFUS, H.L. e RABNOW, P. 2ªed. SP: Forence Universitária, 2010, p.273-295.

GALLO, S. O Paradigma Anarquista em Educação. In: GALLO, S.(org.) **Pedagogia Libertária: anarquistas, anarquismos e educação**. São Paulo: Imaginário: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007, p.19-32.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p.43-71.

HOLLOWAY, J. **Fissurar o Capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013, 270p.

NAVARRO, C; BRASILINO, L. Escolas de luta: educação, autonomia e liberdade. Publicado em: 04\01\2016 Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=2019>> Acesso em: 10 jan. 2017.

ORTELLADO, P. Prefácio: Primeira flor de junho. In: CAMPOS, A.; MEDEIROS, J. e RIBEIRO, M. **Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016, 352 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola », Polis [En línea], 41 | 2015, Publicado el 20 septiembre 2015, consultado el 26 marzo 2016. URL : <http://polis.revues.org/11027> ; DOI : 10.4000/polis.11027.

SOUZA, M. L. Autogestão, autoplanejamento, autonomia: Atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos. **Revista Cidades**. (Presidente Prudente), v. 9, 2012.

_____. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades**. (Presidente Prudente) v. 7, 2010

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas**. Org: CASTRO, IE; GOMES, PCC; CORRÊA, RL. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.77-116.

TIBURI, MARCIA. Ocupar como conceito político. 06\2016. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2016/06/ocupar-como-conceito-politico/>

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, 173p.

ALUNOS ocupam CIEP Glauber Rocha. Produção TVC Canal 06. Nova Friburgo, 23 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hVEm8ayzZHw>> Acesso em: 10 jan. 2017.

BARROS, ALEXANDRE. Estudantes ocupam o Ciep Glauber Rocha em protesto contra o governo: unidade será municipalizada no próximo ano, mas alunos não querem o fim do ensino médio. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 23 nov. 2016. Disponível em: <<https://avozdaserra.com.br/noticias/estudantes-ocupam-o-ciep-glauber-rocha-em-protesto-contra-o-governo>> Acesso em: 10 jan. 2017.

BARROS, ALEXANDRE. Na Alerj, estudante critica o fim do ensino médio no Ciep Glauber Rocha: governo vai municipalizar unidade e estuda acabar com turnos em outras escolas estaduais de Nova Friburgo. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 02 dez. 2016. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/na-alerj-estudante-critica-fim-do-ensino-medio-no-ciep-glauber-rocha>> Acesso em: 10 jan. 2017.

BARROS, ALEXANDRE. - - Estudantes ocupam coordenadoria regional da Secretaria de Educação: grupo protesta contra o fechamento de turmas, turnos e do ensino médio em escolas estaduais em

Nova Friburgo. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 13 dez. 2016. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/estudantes-ocupam-coordenadoria-regional-da-secretaria-de-educacao>> Acesso em: 10 jan. 2017.

BELÉM, AMANDA. Escolas estaduais de Nova Friburgo apoiam a greve e paralisam atividades: Profissionais da educação, funcionários e estudantes reivindicam pagamento dos salários e qualidade de ensino nas escolas. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 02 Mar. 2016. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/escolas-estaduais-de-nova-friburgo>

apoiam-greve-e-paralisam-atividades> Acesso em: 10 jan. 2017

CIEP: alunos ocupam. Produção Luau TV, Jornal da Luau. Nova Friburgo, 24 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wxWSTurqoE4>> Acesso em: 10 jan. 2017.

DESOCUPAÇÃO DO JAMIL EL JAICK. Produção TV ZOOM. Nova Friburgo, 13 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5YPX4nMwkM0>> Acesso em: 10 jan. 2017.

ESCOLA estadual de Nova Friburgo continua ocupada por alunos. Produção SBT Rio. Nova Friburgo, 24 mai. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5vINI_r1AFA> Acesso em: 10 jan. 2017.

G1, PORTAL. Alunos ocupam Colégio Estadual Professor Jamil El Jaick, em Friburgo: Estudantes iniciaram ocupação nesta segunda-feira (18). Eles reclamam de falta de infraestrutura e cobram melhorias no ensino. **Portal G1**. Rio de Janeiro, 18 Abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2016/04/alunos-ocupam-colegio-estadual-professor-jamil-el-jaick-em-friburgo.html>> Acesso em: 10 jan. 2017.

G1, PORTAL. Alunos que ocupam Colégio Estadual Jamil El-Jaick descobrem material abandonado. **Portal G1**. Rio de Janeiro, 12 Mai. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/rjintertv-2edicao/videos/v/alunos-que-ocupam-colegio-estadual-jamil-el-jaick-descobrem-material-abandonado/5020351/>> Acesso em: 10 jan. 2017.

KNUST, KARINE. Estudantes fazem nova manifestação em apoio à greve dos professores: ato foi em frente à Coordenadoria Regional de Educação - Serrana II; alunos também relataram condições precárias das unidades. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 08 Mar. 2016. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/estudantes-fazem-nova-manifestacao-em-apoio-greve-dos-professores>> Acesso em: 10 jan. 2017.

KNUST, KARINE. Alunos desocupam o Colégio Jamil El-Jaick: Movimento em apoio à greve dos professores durou 56 dias; Sepe diz que paralização continua. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 15 jun. 2016. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/alunos-desocupam-o-colegio-jamil-el-jaick>> Acesso em: 10 jan. 2017.

KNUST, KARINE. Educação faz paralização em Friburgo contra pacote do governo estadual e a PEC 241. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 11 nov. 2016. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/educacao-faz-paralisacao-em-friburgo-contra-pacote-do-governo-estadual-e-pec-241>> Acesso em: 10 jan. 2017.

NAMEM, FLÁVIA. Mesmo ocupado, Jamil El-Jaick entra em recesso: Secretaria de Educação antecipa férias na unidade e em outras escolas do estado ocupadas. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 04 Mai. 2016. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/mesmo-ocupado-jamil-el-jaick-entra-em-recesso>> Acesso em: 10 jan. 2017.

NOGUEIRA, WANDERSON. Coluna Observatório: Força friburguense. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 01 Abr. 2016. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/colunas/observatorio/forca-friburguense>> Acesso em: 10 jan. 2017.

OCUPAÇÃO Jamil El Jaick. (Documentário) Produção João Victor Gaspar e João Ferreira. Nova

Friburgo, 28 Abr. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cNH73N_QKR0> Acesso em: 10 jan. 2017.

SERRA, A VOZ DA. Ocupação do Jamil El-Jaick prossegue pela segunda semana: Atividades artísticas, de lazer e educação são promovidas na unidade. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 25 Abr. 2016. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/ocupacao-do-jamil-el-jaick-prossegue-pela-segunda-semana>> Acesso em: 10 jan. 2017.

SERRA, A VOZ DA. Alunos ocupam o Colégio Estadual Jamil El-Jaick: Cerca de 70 alunos do Ensino Médio tomaram conta das instalações da unidade na manhã de segunda-feira. Movimento reivindica melhorias para educação pública. **A Voz da Serra**. Nova Friburgo, 18 Abr. 2016. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/alunos-ocupam-o-colegio-estadual-jamil-el-jaick>> Acesso em: 10 jan. 2017.

Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. **Gestão Integrada da Escola**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://download.rj.gov.br/documentos/10112/553225/DLFE-37306.pdf/InformativoGIDE.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2014.

#OCUPAJAMIL. (Documentário) Produção Marcelo Asth. Nova Friburgo, 11 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=11PtEpY1eHY>> Acesso em: 10 jan. 2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-79-6

